

Os próximos passos

24 MAR 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

(Transcrito do jornal O Globo edição de 22 de março de 1987)

SARNEY deverá definir neste mês, novas linhas de política econômica no âmbito interno e internacional.

ESSE programa já foi anunciado em 20 de fevereiro passado, quando o Presidente declarou que será "coerente e firme", objetivando a "estabilização da economia, a volta dos investimentos, a manutenção do crescimento do emprego e do poder de compra do trabalhador".

ANTECIPOU que "o Tesouro só gastará o que arrecadar e que as empresas estatais só farão investimentos com recursos gerados com suas próprias receitas identificadas e efetivamente disponíveis".

MANIFESTOU o empenho em dividir com as classes empresariais e trabalhadoras as responsabilidades pela reorganização das atividades econômicas, restabelecendo a prevalência das leis do trabalho.

DEVERÃO ser abandonados artificialismos para ocultar a inflação, optando-se por enfrentar os fatores que a determinam. Isso implicará a atualização das tarifas de serviços públicos, liberação dos preços industriais e agrícolas, extinção dos subsídios, desmonte da parafernália burocrática instalada para regulamentar as relações entre os agentes econômicos e que se vem revelando apenas como fonte de perturbação e de corrupção.

É PROVÁVEL também que se disponha afinal o Governo a experimentar que operários e patrões acertem diretamente as suas negociações salariais, deixando que os eventuais conflitos sejam resolvidos no âmbito da Justiça.

NÃO se trata de manter o Estado numa postura obsoleta e ultrapassada de liberalismo. Pelo contrário, torna-se inadiável a adoção de rigorosas e eficazes políticas fiscais e monetárias. Exatamente porque tais medidas não foram tomadas no devido tempo é que nos defrontamos com a atual crise.

COMO as autoridades econômicas preferiram negar a realidade

dos fatos no intuito de preservar uma falsa e messiânica imagem de infalibilidade técnica, encontramos essa situação que levou o Presidente da República a reconhecer que "as coisas nem sempre se processam como a gente deseja, mas temos de continuar procurando os nossos objetivos com obstinação".

SARNEY mantém-se tranqüilo e cômico de que a sorte do Governo não se decide por ocasionais acertos ou erros de seus colaboradores; mas se acha indissolúvelmente ligada à coragem de se falar a verdade.

NO ÚLTIMO dia 12, o Chefe da Nação advertiu que "Não se deve nunca confundir a prudência com a indecisão e nem com a fraqueza", acrescentando que "o Presidente tem mostrado ao Brasil que é capaz de tomar atitudes de coragem" e esclarecendo que se dispõe, neste momento, a adotar os "remédios amargos" para os quais "pagará os custos políticos".

A SOCIEDADE brasileira aguarda a formulação desses "remédios" que, segundo Sarney, deverão implantar no País "uma economia de livre mercado, competitiva, dinâmica, moderna e com direito de crescer".

QUANTO aos entendimentos internacionais, o Governo não desconhece que para nos livrarmos da dívida externa precisamos por enquanto nos endividar um pouco mais. Nesse sentido, comunicou aos países credores a impossibilidade de atender, nos próximos meses, aos nossos compromissos solicitando novos prazos e carências e que ainda nos forneçam empréstimos para necessidades imediatas, ou seja, "dinheiro novo".

SARNEY deixou claro que "o Brasil não é país de confronto. O Brasil é a oitava economia do mundo ocidental e não deseja ser uma economia autárquica, fora da comunidade internacional. Deseja sim uma negociação justa. O Brasil não quer enganar ninguém. Mas quer ter condições exequíveis de pagamento".

OS GOVERNOS dos países credores compreenderam essa posição, de maneira que, além de obter a credibilidade nacional, a atitude de Sarney foi acatada no plano internacional.

INFELIZMENTE as autoridades econômicas, tanto na área interna quanto na externa, adotaram posturas desatinadas, apelando para bravatas e negações, em suas declarações à imprensa e nas visitas aos credores, em atitudes que não se coadunam com os pronunciamentos do Presidente da República.

O COMANDO presidencial, cuja credibilidade constitui nesta hora o maior patrimônio político do País, não pode ser contestado, conforme vimos reiterando - por desobediências civis ou oficiais.

SARNEY já afirmou que não será criado um superministério da economia. As funções que seriam atribuídas ao mesmo são precisamente as atinentes ao Presidente da República.

NO DIA em que o Chefe da Nação entregasse a um professor ou empresário a plena orientação do seu Governo na área das atividades econômicas, estaria renunciando às altas responsabilidades do seu cargo. Como também, a partir do instante em que, no regime presidencialista, transferisse para a maioria eventual do Legislativo a manutenção, a substituição ou indicação de seus auxiliares imediatos, estaria reduzindo algo mais importante do que o prazo do mandato presidencial, ou seja, a abrangência legal de suas atribuições.

A ESSE respeito, as atitudes até hoje assumidas por Sarney no exercício da Presidência demonstram nítida consciência da missão a cujo cumprimento foi conduzido por seu passado político e pela História.

AGUARDEMOS, para um julgamento definitivo, os seus próximos passos.